

Ética e Profissões
página 3

Ética, Mídia e Sexualidade
página 9

Discurso de Hélio Pellegrino
página 10

**A Ética do Psicólogo
no Esporte**
página 11

Editorial.....	2
Ética e Profissões.....	3
Ética e Saúde.....	4
Livros e Agenda.....	4
Código de Ética.....	5
Institucional.....	6 e 7
Ética e Especialidade.....	8
Ética, Mídia e Sexualidade.....	9
Ética e Educação.....	9
Memória.....	10
Ética e Esporte.....	11
Ética e Trabalho.....	12

Caros Psicólogos,

Nosso JP - Jornal do Psicólogo está de cara nova, mais moderno, mais colorido, maior no formato. O intuito foi torná-lo mais leve e agradável de ler. Esperamos que gostem.

O tema central escolhido foi Ética, tendo em vista a campanha nacional de revisão do Código de Ética Profissional, que acaba de ser lançada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) e que vem mobilizando toda a categoria com debates sobre o tema. Neste jornal, apresentamos a proposta do CFP e já divulgamos as datas do Fórum Nacional para Revisão do Código, do Fórum Regional e também dos pré-fóruns, que acontecerão em Belo Horizonte, onde se encontra a sede do CRP-04. As datas dos pré-fóruns das diversas regiões do interior serão enviadas pelo correio para o público específico de cada região.

A Ética tem sido um tema de discussão recorrente em toda a sociedade brasileira nos últimos anos, o que tem levado a diversas transformações sociais com reflexos nas esferas política, jurídica e legislativa. E será o foco de discussão da categoria dos psicólogos em todo o ano de 2003, já que a Psicologia também sofre os efeitos dessas transformações nos seus diversos campos de trabalho.

O novo Código de Ética deverá incorporar os avanços conquistados pela sociedade e pela Psicologia, que precisa se posicionar diante dessas novas transformações.

Sendo este o eixo central do JP, procuramos abordar a Ética nos mais diversos campos de atuação da Psicologia: a área do trabalho, da educação e da saúde. Encomendamos alguns artigos a especialistas, como "A Ética como morada: o fundamento das profissões?", "Ética, Mídia e Sexualidade", e "A Ética do Psicólogo no Esporte" (incluir também o da Saúde). Conseguimos também disponibilizar um belíssimo discurso do psiquiatra, psicanalista e escritor Hélio Pellegrino, proferido em julho de 1983 e que ainda se encontra super atual, vindo ao encontro do tema central de nosso informativo.

No mais, o JP indica livros e divulga eventos de interesse dos psicólogos na página 4, bem como as ações que vêm sendo desenvolvidas pelo CRP-04. Confira as notícias institucionais nas páginas centrais.

Envie sugestões, comentários e críticas sobre o novo JP, através do e-mail asscom@crp04.org.br ou ligue para (31) 3213-6767, ramal 208. Um grande abraço a todos, Comissão Editorial.

Quartas no Conselho

O projeto "Quartas no Conselho" está passando por um processo de avaliação e reformulação. O intuito é trazer para os psicólogos um projeto mais elaborado, com eventos que atendam aos diversos interesses e que possam ser úteis no cotidiano da atividade profissional. Outros eventos estarão acontecendo, neste semestre, por iniciativa do CRP-04. Você estará recebendo informações com datas e locais em seu endereço. Participe! Mande suas sugestões para a assessoria de comunicação, pelo e-mail asscom@crp04.org.br.

Fique em dia

O Plenário do CRP-04 vem efetivando ações na busca de uma instituição mais moderna que atenda os Psicólogos na melhor forma possível. No início do ano, houve queda da inadimplência e a arrecadação ficou dentro do esperado. O resultado positivo reflete o reconhecimento da categoria e o empenho do X Plenário em mobilizar os psicólogos para efetuar o pagamento das anuidades, que constituem patrimônio público.

A arrecadação prevista para este ano viabilizará projetos de qualificação profissional e maior visibilidade da Psicologia na sociedade. Nesse sentido, o plenário do CRP-04 realiza, nos próximos dias, seu planejamento estratégico com projetos na área de gestão, qualificação profissional, Psicologia e sociedade, interiorização e descentralização de ações.

Atraso das Boletas

Em janeiro deste ano houve atraso no envio do boleto do Conselho Federal de Psicologia relativo ao pagamento anual dos psicólogos cadastrados. O vencimento normalmente é no dia 31 de janeiro, com 10% de desconto à vista, ou parcelado em três vezes. Como este ano houve problemas na gráfica do Banco do Brasil, que emite os boletos, muitos cadastrados ficaram em dúvida quanto à data de quitação do documento. O prazo com desconto foi prorrogado até o dia 14 de fevereiro de 2003. Os que já haviam efetuado o pagamento foram restituídos. Desculpe-nos o transtorno.

Expediente

CRP-04 Conselho Regional de Psicologia 4ª Região (MG/ES)

Sede: Rua Timbiras, 1532, 6º andar Lourdes - Cep 30140-061 - Belo Horizonte/MG. Telefax: (31) 3213-6767 - e-mail: crp04@crp04.org.br
Site: www.crp04.org.br

Seção Espírito Santo: R. Ferreira Coelho, 330 salas 805/806/807. Ed. Eldorado Center - Praia do Suá - Vitória/ES - Cep 29055-280.
Tel.: (27) 3324-2806

ESCRITÓRIOS SETORIAIS EM MG

• Triângulo Mineiro (ESTM)

Escritório de Uberaba
Conselheira: Maria José Vilela Lamounier
R. Alaor Prata, 23, sala 605 - Ed. Os Bandeirantes - Centro - Uberaba/MG
Cep 38010-050 - Tel.: (34) 3312-5694

Escritório de Uberlândia
Conselheira: Maria José Vilela Lamounier
R. Floriano Peixoto, 615, sala 404 - Centro Uberlândia/MG - Cep 38406-046
Tel.: (34) 3235-6765

• Região Sudeste (EZM)

Conselheiros: José de Almeida Guedes e Lúcia Helena Schimidt
Av. Barão do Rio Branco, 2001 - salas 1307/1308 - Centro - Juiz de Fora/MG
Cep 36016-311 - Tel.: (32) 3215-9014

• Sul de Minas (ESM)

Conselheira: Sandra Maria Garcia de Aquino
R. Comendador José Garcia, 27, sl. 904
Centro - Pouso Alegre/MG - Cep 37550-000
Tel.: (35) 3423-8232

X PLENÁRIO

Alexandre Farah Gieseke • Célia Mesquita • Daisy Fátima Xavier de Souza • Dannusa Gomes Prates • Humberto Cota Verona • Jairo Tadeu Guerra • José de Almeida Guedes • José Ribeiro de Moura • Júnia Maria Campos Lara • Lourdes da Silva Barbosa • Lúcia Helena Schimidt • Lúcia Luzzi Aquino Ferreira de Freitas • Luciana Maria Silva Franco • Maria José Vilela Lamounier • Marta Elizabeth de Souza • Milton dos Santos Bicalho • Paula Ângela de Figueiredo e Paula • Paulina Horta Liza • Paulo Sérgio dos Prazeres • Paulo Roberto Borges Cecarelli • Renato Luz • Rita de Cássia Vieira • Roberto da Silva Sales • Roberto Chateaubriand Domingues • Samyra Assad • Sandra Maria Garcia de Aquino

DIRETORIA

Marta Elizabeth de Souza - Presidente
Paulo Sérgio dos Prazeres - Vice-Presidente
Humberto Cota Verona - Tesoureiro
Paulina Horta Liza - Secretária

Jornal do Psicólogo

Informativo do Conselho Regional de Psicologia - CRP-04

Coordenação Editorial

Daisy Fátima Xavier de Souza, Lúcia Aquino, Rita de Cássia Vieira e Paulo Roberto Borges Cecarelli

Produção Editorial e Gráfica (redação, edição, diagramação)

Fato Comunicação - (31) 3281-1182
fatocomunicacao@terra.com.br

Jornalista Responsável

Elen Marques - MG 05034 JP

Colaboração

Carla da Hora Duailibi, Daniel Augusto de Almeida, Louise Savassi e Raquel da Silva Santos
Projeto Gráfico - Miriam Barreto
Ilustrações - Fausto Prats

Impressão: Fumarc

Tiragem: 16 mil exemplares

A ética como morada : o fundamento das profissões?

*Amauri Carlos Ferreira

O termo ética vem do grego *ethos*, que significa casa, morada, lugar, e remete à idéia de costumes. Para se entender a ética como morada do ser humano torna-se necessário pensá-la como sendo o corpo, o país, a escola, o mundo. O lugar da liberdade.

Outro termo ligado à idéia de costumes emerge da ação do ser humano no mundo. Trata-se do termo moral que vem do latim *mos, mores*, remetendo a hábitos. Os hábitos são adquiridos no decorrer do existir de sujeitos no mundo. Daí o caráter histórico da formação moral.

Tanto a ética quanto a moral vinculam-se à norma, criada a partir de costumes constituídos historicamente. Em cada cultura a articulação desses termos estabelece um modo de percepção da realidade, através do qual o sujeito se familiariza e se adapta ao meio. No entanto, a ação ética é aquela que possibilita ao sujeito sentir-se bem com suas decisões, consideradas pertinentes à sua convivência no meio onde se insere.

No mundo da cultura, as normas morais podem não ser, necessariamente, éticas. Chauí afirma que "a simples existência da moral não significa a presença explícita de uma ética entendida como filosofia moral, isto é, uma reflexão que discuta e problematize o significado dos valores morais" (CHAUI, *Convite à Filosofia*, p.339). Nesse sentido, um grupo pode existir tendo a moral como princípio normativo para o agir dos sujeitos, sem despertar neles a reflexão necessária para se tomar decisões.

Ao se pensar a ética e seus fundamentos para as profissões é necessário compreender a ordem das razões que sustentam tal reflexão.

A ética é a construção da razão demonstrativa que expressa seu caráter de meios e fins, a partir da inserção do ser na cultura. Nessa direção, em diferentes épocas há diferentes costumes. Três dimensões auxiliam uma reflexão sobre o *ethos* do sujeito no mundo: a morada dos gregos, a de I. Kant (sec. XVIII) e o princípio da utilidade.

A reflexão sobre os valores nasce na Grécia, e a construção de um *ethos* como morada encontra-se pela primeira vez em Homero, na atribuição da virtude guerreira ao herói. O homem, mortal pela sua condição de existir no mundo, se vê açoitado pelos imortais, destinado a cumprir sua sorte e a compreender a inscrição no oráculo de Delfos: "sabe o que tu és, conheça-te a ti mesmo".

É na esteira dessa busca para se conhecer que a ética grega organiza-se em torno de quatro categorias, segundo Lima Vaz: bem ou fim, virtude (*areté*), lei (*nomos*) e justiça.

O saber ético vai encontrando seu lugar na medida em que a virtude e a lei ligam-se ao bem comum. Assim, a prática da virtude frente à norma da cidade (*pólis*) garante ao indivíduo o alcance de sua meta, ou seja, a felicidade de se conhecer a si mesmo.

O equilíbrio em resolver conflitos no espaço da cidade, mediante o ideal metafísico, de um direíto natural e pelo caminho do sagrado é rompido a partir da morada kantiana.

A referência do século XVIII, na tradição Kantiana, centra sua reflexão na lei moral. A vida ética se resolve no cumprimento da lei, indicando a sua universalidade. O imperativo categórico ordena: "age de tal modo que tua ação possa servir de regra universal, age sempre de forma a tratar a humanidade na tua pessoa como na dos outros, como um fim e nunca como um simples meio".

Em Kant, a conformidade com a lei não garante a ação justa, pois a obediência à lei requer a marca do dever.

Já no princípio da utilidade, proposto por Jeremy Benthan (1748-1832), a noção de moralidade assume o caráter valorativo das ações boas ou más. O princípio de utilidade reconhece o prazer e a dor como fundamentos da moral. A correspondência com a lei leva a uma aplicabilidade. Para esse princípio de utilidade (felicidade) e a dimensão da deontologia surgem como expressões circunscritas ao aspecto jurídico. O que se designa é a ciência ou a teoria do que é preciso fazer. Posteriormente, essa concepção moral irá compor um conjunto de regras e deveres profissionais. A deontologia e os códigos de ética representam regras e deveres atinentes ao exercício das profissões.

...não se vive uma
ética na abstração,
mas na experiência do
sujeito que se disponi-
biliza estar em relação
com o outro.

Ao se pensar sobre os termos morais, deontologia e ética, é preciso demonstrar que são próximos, mas seus significados diferem.

A ética referente às profissões diz respeito ao exercício de uma razão autônoma, indicando o caráter reflexivo do sujeito frente à escolha profissional. As normas ligadas ao código possuem o caráter coercitivo da lei, o que implica em sanções. Assim, todo código de ética insere-se no quadro de normas jurídicas. Cumprir uma norma não quer dizer que o sujeito seja ético. Nesse sentido, a reflexão sobre a norma exterior ao sujeito é essencial, uma vez que, para se ser ético, é necessário o exercício da autonomia. O sujeito é autônomo quando, vinculado a um grupo com suas normas morais, as interioriza e, ao refletir sobre as conseqüências de suas decisões, escolhe. Também o sujeito, para ser autônomo, precisa interiorizar à norma e refletir sobre ela, para posteriormente decidir aceitá-la ou recusá-la.

Há de se considerar que a exigência de uma ética prática corresponde à relação entre eu e o outro, definida pela situação de se pertencer ao mundo. E que o código de ética profissional apenas demonstra o caráter normativo dos princípios norteadores das profissões. Cada categoria profissional tenderá a articular o código de conduta profissional frente à relação que se estabelece com o outro.

Uma ação ética pressupõe o reconhecimento do outro como pertencente à espécie humana. É na relação de reconhecimento do outro que o saber cuidar torna-se um modo de acolhimento, independente de raça, preferências sexuais, territórios, idade, condições econômicas...

A atitude de cuidar de nós mesmos e do outro, que se encontra frágil, faz parte de uma ação advinda de escolha pessoal e/ou profissional. O compromisso com o outro se funda no dever, não designa um dever.

O dever estabelece o cuidado para com o outro que pertence ao mundo. Ao se pensar na prática profissional, nela já está inserida o agir ético e moral do cidadão. No entanto, os profissionais que são trançados na égide da subjetividade tendem a confundir o objeto de estudo de sua área de conhecimento com a sua prática.

As discussões em torno do código de ética das profissões têm sido ligadas ao reconhecimento da lei e de sua interiorização, o que abre possibilidades à formação do sujeito autônomo. Esse aspecto tem se confundido com a arbitrariedade da norma. A construção de um código de ética profissional demanda a participação dos profissionais para que se sintam partes da profissão e se vejam nela reconhecidos.

Ressalte-se ainda que não se vive uma ética na abstração, mas na experiência do sujeito que se disponibiliza estar em relação com o outro. Isto porque nossas emoções ou desejos são indiferentes às razões éticas. O que mantém o mundo não são os afetos, mas uma construção ética efetiva a partir deles. Não se nasce ético, aprende-se. É nessa atitude de disponibilidade para se entender o outro que é possível, a partir de uma escuta sensível, comprometer-se com o drama da própria existência.

Ao se pensar na ética como morada das profissões ou na reorganização de um código ético profissional, há que se buscar compreender o fundamento em que está alicerçada a profissão; no caso da Psicologia, a questão da subjetividade.

*Professor de Filosofia da PUC - Minas e do Instituto Santo Tomás de Aquino.

ética?

moral?

Ética e Saúde: por um sopro de vida

* Ana Marta Lobosque

O que entendemos por saúde, quando a apresentamos naturalmente como um valor?

Inicialmente, cumpre lembrar: a saúde é um terreno propício para a intervenção normativa e amplamente disseminada do poder, tal como se exerce na sociedade contemporânea.

Por um lado, a saúde se impõe a nós, cada vez mais, sob a forma de imperativos estéticos e morais: o que comer, quantos quilos pesar, quantas horas de exercícios fazer; nestas prescrições, os alimentos adquirem uma curiosa semelhança com os remédios, e os profissionais da saúde, do médico ao personal trainer, passando pelo terapeuta, são vigias onipresentes da nossa conduta. Nada contra os corpos esbeltos, as alimentações equilibradas ou a prática de esportes; trata-se apenas de frisar que o império das normas da dieta e da ginástica, ao exercer-se sobre nós em nome de um padrão de saúde e beleza, o faz em detrimento dos apetites e exigências peculiares a cada corpo vivo. Ademais, o zelo excessivo pela saúde, pela segurança, pela sobrevivência, nada tem a ver com aquilo que é próprio à vida mesma, a saber, os acidentes e imprevistos de seu percurso. O culto da saúde, tal como o conhecemos hoje, nos torna fóbicos à doença e a morte; torna-nos avaros de nós mesmos.

Por outro lado, a apresentação da saúde como um bem de natureza fundamentalmente individual é a outra face da moeda que a padroniza.

Veja-se, por exemplo, a questão ambiental. Somos ensinados a respeitá-la somente no que diz respeito ao nosso comportamento privado; contudo, enquanto nos esforçamos para não deixar latinhas na praia, os grandes desastres ecológicos continuam a destruir impunemente a vitalidade e a

beleza do planeta. Mais uma vez, tudo a favor do cuidado com as latinhas; não é este o problema. O problema é que uma ética particular de bom comportamento ecológico só é incentivada desde que não se articule a uma política de enfrentamento aos agravos à ecologia – e assim por diante. Se somos estimulados a uma série de condutas "politicamente corretas" no que diz respeito ao nosso corpo e à nossa casa, sofremos uma curiosa intimidação quando se trata de levar estes valores para a dimensão coletiva. Presos no espaço doméstico, perdemos de vista as intervenções políticas. Acostumados a antagonizar o público e o privado, deixamos o público por conta dos políticos profissionais, dedicando nosso tempo e atenção à esfera do privado.

Da mesma forma, no que diz respeito à prevenção: se as campanhas de prevenção da dengue, por exemplo, nos ensinam a deixar bem secos os pratinhos das plantas, nenhum tipo de publicidade, em momento algum, enfatiza o parentesco desta ou de outra epidemia com as condições de vida, a situação do país, ou qualquer outro horizonte mais amplo; o combate à dengue é vendido como uma questão pessoal entre a dona de casa e o mosquito.

O mesmo vale para a concepção de tratamento de saúde: cada vez mais, encaramos com naturalidade o pagamento de um plano de saúde como a melhor saída para assegurar um bom tratamento. O argumento habitualmente utilizado é a falência das políticas públicas de saúde; entretanto, seria esta a razão mais profunda para a proliferação das saídas privadas? Pelo contrário, talvez estas saídas só podem proliferar a partir do momento em que se desacreditam todos os movimentos que dizem respeito ao espaço público. Afinal, apreender a saúde como um bem individual é um passo indispensável para fixar e aumentar seu preço – ao

mesmo tempo em que se deprecia profundamente seu valor.

Por um lado, a saúde como um bem idêntico para todos – um padrão; por outro, a saúde como um bem individual – um preço: eis a vida reduzida a um valor...de mercado. Não haverá, para abordar as questões da vida, necessidade de uma outra economia?

Não se trata de situar a vida como um valor inefável ou supremo, a partir do qual mediríamos todos os demais – e sim de distinguir a apreciação dos valores da determinação apriorística dos preços. Trata-se de valorizar a vida como uma dimensão que ultrapassa nossa sobrevivência e nossos interesses pessoais; de ousar desejá-la como algo que nos atravessa, sem pretender sua posse ou seu confinamento.

Embora seja sempre muito particular, a vida não pode ser, jamais, da natureza da propriedade privada. É o que nos lembra Nietzsche, ao conceber uma "grande saúde" – uma saúde sem a mesquinha das cautelas excessivas, nem a evitação pânica da dor e do sofrimento – "aquela saúde que não apenas se possui, mas é preciso conquistar a cada momento, posto que se deve sacrificá-la incessantemente!"

A saúde, não como um bem universal que cada um adquire conforme suas posses, mas como aventura singular que exige coragem e suporta perdas – eis um sopro de vida que nos impede, para além da condição de meros animais domésticos, à conquista do espaço público da cidade.

* *Psiquiatra da Secretaria Municipal de Saúde de BH, militante do Fórum Mineiro de Saúde Mental, autora de vários livros na área de Saúde Mental.*

Agenda

III Congresso Latino-americano de Psicologia Junguiana

Período: 19 a 21 de junho de 2003
Local: Centro de Convenções Rebouças, São Paulo – SP, Brasil
Informações: (11) 3064-3186, 3069-6459 ou 3069-6188

VII Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva

Período: 29 de julho a 2 de agosto de 2003
Local: Universidade de Brasília – UnB, Brasília – DF, Brasil
Informações: (61) 327-4044
www.congressosaudecoletiva.com.br

Re(trato) Familiar

Período: 19 a 22 de junho de 2003
Local: Hotel San Diego Convention – Av. Álvares Cabral, 1181 Lourdes, Belo Horizonte – MG, Brasil
Informações: (31) 3339-3000

Evento Ciclo da Vida

Ciclo de debates realizado pela Sociedade Brasileira de Psicoterapia (Sobrap), em Juiz de Fora, de abril a outubro deste ano. Abordagens sobre os ciclos da vida: casal e família, criança, adolescente, adulto e terceira idade. Informações pelo telefone (32) 3212-6399.

livros

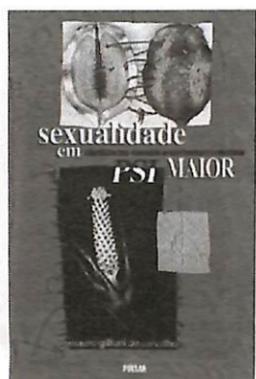


A Construção de Realidades – Carlos Eduardo Pires e Albuquerque (Produção Editorial Saitec, 166 páginas)

Estudo do construtivismo aplicado às organizações. São abordados, principalmente, temas como a construção e a reconstrução de modelos mentais que dificultam e facilitam o crescimento da organização, emoção, afeto, comunicações, liderança e gestão, resistência a mudanças, conflitos e narrativas na organização. O autor é psicólogo, formado pela PUC-Minas e trabalha desde 1976 na área organizacional, prestando serviços de consultoria voltada para o ser humano a dezenas de empresas. É sócio fundador do Núcleo Mineiro de Psicoterapias Construtivistas, consultor do Centro de Educação Corporativa (CORP) e diretor da Pires e Albuquerque Desenvolvimento Humano S/C Ltda.

Psicologia Organizacional e do Trabalho: Teoria, Pesquisa e Temas Correlatos – Iris Barbosa Goular. (Editora Casa do Psicólogo, 377 páginas)

Apresenta diferentes trabalhos e reflexões sobre temas atuais em Psicologia Organizacional e do Trabalho. Na primeira parte, diferentes olhares se lançam sobre as atuais transformações no mundo do trabalho. A segunda parte consolida algumas reflexões sobre a metodologia de pesquisa neste campo, com análise da relação entre método e análise ontológica, metodologia de história de vida e estudos exploratórios. A terceira parte apresenta estudos sobre temas emergentes nas empresas: universidades corporativas, gestão de competências e desenvolvimento de equipes. A quarta parte traz trabalhos sobre temas psicossociais, como exclusão social, desemprego de longa duração e o papel terapêutico do trabalho em caso de doença mental.

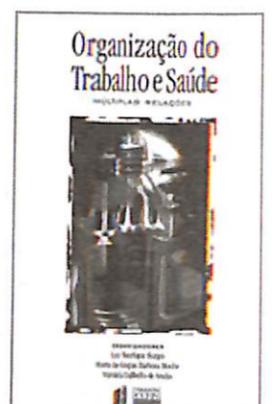


Sexualidade em Psi Maior – Identidades sexuais e contemporaneidade – Mauro Giffoni de Carvalho. (Editora Pulsar, 80 páginas)

Publicado pela editora belo-horizontina Pulsar, o livro "Sexualidade em Psi Maior", de Mauro Giffoni de Carvalho, apresenta uma crítica à ortodoxia freudiana, que insiste no parâmetro da heterossexualidade como um ideal compulsório de identidade humana. Para o autor, as identidades sexuais, sobretudo nos grandes centros urbanos, são híbridas e compostas de muitos fragmentos históricos de experiências pessoais e sociais.

O Porão da família – ensaios de Psicanálise – Ana Maria Portugal, Carmen Tereza R. Moreira Caram, Izíná Helena Travaglia, Rosely Gazire Melgaço. Organização de Yolanda Mourão Meira. (Editora Casa do Psicólogo, 300 páginas)

O volume é uma coletânea de ensaios de psicanálise organizado por Yolanda Mourão Meira. As autoras propõem o avançar no tratamento das relações familiares. O porão traz o vazio emoldurado, o drama trazendo à tona a conclusão de que a família vai mal porque dela não se faz concerto.



Ética e Psicologia: uma perspectiva cidadã

Categoria discute atualização do Código de Ética profissional

A Psicologia está com os olhos voltados para o Código de Ética Profissional. O Conselho Federal de Psicologia (CFP), por deliberação do IV Congresso Nacional da categoria, acaba de lançar a campanha de revisão do código para todo o Sistema Conselhos (ver quadro abaixo). Psicólogos de todo o país se mobilizarão em torno da temática, entre agosto e novembro deste ano.

O objetivo da campanha é promover uma ampla discussão sobre a ética na Psicologia e o Código de Ética Profissional, considerando as transformações sociais ocorridas nos últimos anos – com repercussões nas esferas política, jurídica, técnica e muitas outras – e na perspectiva de que a ética deve ser um referencial básico na relação com o usuário e na construção da cidadania.

A Psicologia foi regulamentada no Brasil como profissão em 27 de agosto de 1962, através da lei 4119. São 40 anos, período em que ela se desenvolveu, acompanhando as mudanças surgidas na sociedade, fruto dos movimentos sociais. Novas situações e desafios foram surgindo no campo profissional. Com isso, a Psicologia ampliou o seu campo de conhecimentos, diversificou suas práticas, inaugurou novos segmentos de trabalho e ampliou suas contribuições na sociedade. Criou especialidades.

Hoje, a profissão está presente nas mais diversas políticas públicas: saúde, educação, direitos humanos, comunicação social, trabalho, esporte, trânsito, assistência social, meio-ambiente, entre outras. Essa nova realidade mostra que a Psicologia está cada vez mais inserida no mercado de trabalho, comprovando que o exercício da profissão não se limita mais às paredes de consultórios, mas está intimamente ligada ao contexto social da atualidade.

Diante dessa nova realidade, o Código de Ética, criado em 1987, precisa ser atualizado. A meta é construir um instrumento que possa orientar o psicólogo no seu exercício profissional, nos mais diversos campos de atuação na atualidade.

Os efeitos sociais do código

Segundo a conselheira-presidente da Comissão de Ética do Conselho Regional de Psicologia/04, Paula de Paula, a Psicologia não é um serviço como outro qualquer, muito pelo contrário, sua importância se reflete em diversas áreas da sociedade. "Não podemos nos esquivar dessa realidade. Estamos tentando mobilizar colegas que atuam nos mais diversos campos e trazer sua contribuição para o novo Código de Ética", destaca.

"É preciso fazer uma avaliação dos efeitos sociais do código. O que a sociedade brasileira ganhou com ele nos últimos dez anos de sua vigência", concluíram os participantes do Fórum Nacional de Ética, na ata do evento, em 1997.

O novo documento deverá incorporar os avanços conquistados pelos profissionais e pela sociedade, alguns deles contidos em outros instrumentos jurídicos, como o Código de Defesa do Consumidor, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Legislação em Saúde Mental, as novas leis da comunicação, entre outras. Uma questão a ser discutida, como exemplifica Paula de Paula, é a relação de serviço entre paciente e psicólogo. "Temos que entender os direitos do paciente enquanto consumidor e discutir questões como assinatura de contratos e benefícios do tratamento, pagamento antecipado, tempo de espera e outros".

Revisão do Código de Ética Profissional

Psicólogos, o nosso Código de Ética precisa ser atualizado. Participe deste debate. Vamos construir um instrumento que seja um referencial ético que possa nortear a relação da profissional na prestação dos nossos serviços e no compromisso com a construção da cidadania.

Como funciona

1 - Serão realizados pré-fóruns em diversas regiões dos setoriais de Minas Gerais e Espírito Santo.

2 - Acontece um fórum regional, para análise do Código de Ética Profissional em vigência e para a elaboração de propostas de ampliação e modernização de seu conteúdo. Estas propostas serão encaminhadas ao Fórum Nacional, em novembro.

3 - Um relatório final, com as propostas de reformulação e atualização

do código, deverá ser submetido à Assembléia das Políticas Administrativas e Financeiras (APAF) do Sistema Conselhos, que reúne representantes do CFP e todos os CRPs, em dezembro de 2003.

4 - O texto final do novo Código deverá ser aprovado na reunião da mesma Assembléia, em maio de 2004.

Como participar

Todo psicólogo pode ser delegado. Para isso, é necessário participar dos

eventos nos conselhos regionais. Em cada Fórum Regional, os psicólogos votarão nas propostas apresentadas e elegerão dois representantes que serão delegados no Fórum Nacional.

Informe-se melhor sobre os horários e locais dos pré-fóruns nos escritórios setoriais do CRP-04.

Envie suas sugestões:

Fax 3213-6767

e-mail: etec@crp04.org.br ou
asscom@crp04.org.br.

Agenda

Participe dos debates dos pré-fóruns e do Fórum Regional e seja delegado no Fórum Nacional!
Confira a programação:

Pré-fóruns

Debates regionais em várias cidades de Minas Gerais e Espírito Santo, entre junho e outubro de 2003:

Pré-fóruns em Belo Horizonte:

- Dia 2 de agosto: Políticas Públicas
- Dia 9 de agosto: Justiça Terapêutica
- Dia 16 de agosto: Ética Clínica
- Dia 23 de agosto: Ética e Formação Profissional
- Dia 30 de agosto: Saúde Mental

Pré-fórum no Espírito Santo: dia 24 de maio

Ainda estão elaborando seus calendários:

Lavras • Juiz de Fora • Divinópolis • Uberlândia • Uberaba • São João del Rei • Diamantina • Poços de Caldas • Pouso Alegre • Barbacena • Passos • Varginha • Araxá • Governador Valadares • Montes Claros • Timóteo • Muriaé • Teófilo Otoni • Paracatu.

Fórum Regional

Dias 19 e 20 de setembro, em Belo Horizonte/MG

Fórum Nacional

Dias 07 e 08 de novembro, em Brasília/DF

O Sistema Conselhos no Fórum Social Mundial

O Sistema Conselhos esteve presente na terceira edição do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, de 23 a 28 de janeiro último, quando apresentou cinco oficinas com temas ligados à Psicologia: conselhos, ordens de fiscalização profissional e sua participação na sociedade civil; desigualdades e suas implicações na subjetividade; o espaço urbano; além da apresentação da experiência de ação conjunta dos conselhos regionais de saúde junto ao sistema penitenciário de Curitiba.

As conselheiras Lúcia Aquino e Luciana

Franco representaram o CRP-04 no megaevento, participando das ações promovidas pelos CRPs e pelo CFP.

O fórum contou com a participação de 100 mil pessoas de 156 países dos cinco continentes, representando 5.717 organizações, segundo balanço da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Pela primeira vez o Presidente da República compareceu ao evento.

Preparado por inúmeros fóruns regionais, temáticos e nacionais, o III Fórum Social Mundial trouxe uma diversidade de temas para

o debate e reflexão crítica, apresentados e discutidos em atividades paralelas – grandes conferências, mesas de diálogos e controvérsias, oficinas e seminários – que fizeram do evento um espaço vivo, cheio de esperanças e propostas.

Ao inserir a organização das oficinas em um evento deste porte, os Conselhos de Psicologia buscaram reafirmar o compromisso social da profissão, inserindo reflexões que vinculam a prática profissional aos problemas enfrentados pela sociedade no panorama político atual.

Avaliação Psicológica

Atenção colegas! A Resolução nº 25/2001, que define teste psicológico como "método de avaliação privativo do psicólogo" e regulamenta sua elaboração, comercialização e uso, foi revogada e substituída pela Resolução nº 002/2003. Essa normatização estabelece que todos os testes psicológicos deverão ser reconhecidos pelo Conselho Federal de Psicologia e está disponível no site do CFP: www.pol.org.br, além da sede do CRP-04.

Saúde Mental em Debate

Aconteceu em Congonhas, nos dias 27 a 29 de março, o I Encontro Mineiro de Serviços Substitutivos em Saúde Mental, com o tema *A Loucura e as cidades: Mapas de Minas*. O objetivo foi promover trocas de experiências entre municípios, aprofundando a discussão sobre a implantação de um modelo substitutivo de assistência ao portador de sofrimento mental, no lugar dos hospitais psiquiátricos.

"Nossa meta foi mostrar para a sociedade que os portadores de sofrimento mental não são inválidos ou incapazes. São pessoas que têm um modo particular de estar no mundo e potencialidade criativa que enriquece nossa cultura e, conseqüentemente, nossa sociedade", afirmou Marta Elizabeth de Souza, presidente do CRP-04.

O I Encontro de Serviços Substitutivos em Saúde Mental foi pro-

movido pela Unidade Regional de Saúde de Congonhas e organizado pelo CRP-04, pelo Fórum Mineiro de Saúde Mental e pela Fundação Municipal de Saúde de Congonhas. O evento teve o apoio da Prefeitura Municipal de Congonhas, Conselho Federal de Psicologia, Conselho Regional de Enfermagem, Sindicato dos Médicos de Minas Gerais, Secretaria do Estado de Saúde de Minas Gerais e Ministério da Saúde.

Como resultado desse encontro foi redigida a Carta de Congonhas, que foi aprovada pelos participantes ao final e que será enviada aos secretários de saúde nos níveis estadual e municipal, aos conselhos de classe, a todas as entidades que tiveram representantes no evento e à imprensa em geral. Confira:

Carta de Congonhas

O I Encontro Mineiro de Serviços Substitutivos em Saúde Mental reuniu 330 trabalhadores, usuários e familiares de 73 municípios mineiros e traz a público, nesta carta, os princípios que nos organizam, as questões que nos provocam e, sobretudo, os horizontes de trabalho que nos convidam a prosseguir.

Este primeiro Encontro nasceu do desejo e do compromisso de nos unir na construção de uma sociedade sem manicômios. Uma sociedade que tem como alicerce e bandeira a causa da cidadania, e busca, sem medo, a voz e o voto daqueles que por tanto tempo foram excluídos do registro da escolha, da decisão e do consentimento.

Defendemos firmemente as deliberações das Terceiras Conferências Estadual e Nacional de Saúde Mental: a extinção progressiva dos hospitais psiquiátricos e a montagem de uma rede de serviços substitutivos, articulada conforme uma lógica inteiramente diversa. Esta proposta não se reduz a uma vaga aspiração, nem a uma remota utopia. Provamos sua viabilidade concreta, naqueles municípios mineiros que ousam sua realização. Estes, é certo, são ainda poucos, mas seu valoroso exemplo convida muitos outros mais à fértil criação deste trabalho.

A montagem de uma rede substitutiva ágil, atuante e eficaz não se faz com a parceria entre gestores, trabalhadores e usuários. Só pode acontecer numa concepção e prática de gestão realmente comprometida com as políticas sociais, na qual o gestor saiba fazer prevalecer o respeito à dimensão pública, sem deixar-se conduzir por interesses privados de grupos e corporações.

Tal posicionamento do gestor (bem o sabemos!) ocorre apenas quando a sociedade se organiza e se manifesta. Os trabalhadores de Saúde Mental, portanto, não podem se contentar com a posição passiva de agentes de políticas públicas cuja elaboração os exclua, ou cujas diretrizes lhes sejam estranhas; pelo contrário, podem e querem manter com seu trabalho uma relação viva e exigente, acompanhando carinhosamente seus efeitos e zelando pelo sabor dos seus frutos.

Essa independência do trabalhador não será jamais possível, se não se estabelece a mais preciosa das alianças: aquela que se faz com os usuários – não apenas nossos pacientes, mas, também, nossos companheiros e mais importantes aliados na árdua luta pela cidadania. A interlocução com os movimentos sociais, seja pelo controle dos conselhos de saúde e órgãos afins, seja pela parceria com as organiza-

ções não governamentais; o incentivo e apoio à organização autônoma dos usuários e familiares – eis aí desafios que decidimos aceitar, reunidos em Congonhas.

Esse encontro, o primeiro, tem como mérito maior o de trazer à luz a necessidade real e o empenho verdadeiro de centenas de cidadãos ligados à área da Saúde Mental em formular soluções e buscar saídas para a dignidade de seu trabalho e de suas vidas. Desejamos, sim, ouvir, e também falar; conhecermos-nos uns aos outros; saber do que se passa; dar rumo certo aos nossos passos; fazer acontecer. Imprescindível afirma-se a realização de novos encontros, cada vez mais amplos, sempre mais audazes, que nos tornem atores e autores do traçado dos nossos mapas em terras mineiras.

Hospitaleira, Congonhas abriu-se para receber-nos. Agradecemos a generosa acolhida. Viajantes decididos partimos já, Minas afora, para encontros itinerantes e descentrados, democráticos e participativos; outras cidades, estamos certos, também generosamente nos acolherão. Não hesitamos: as terras onde habitam os homens, em Minas e no mundo, hão de ouvir, cedo ou tarde, o obstinado apelo de todos aqueles que trazem consigo a paixão da justiça, e a humana loucura da solidariedade.

Em dia com o Psicólogo

O CRP-04 tem uma comissão específica e permanente que trabalha na avaliação dos pedidos dos registros de Títulos de Especialistas desde o 1º semestre de 2001. Esta comissão tem trabalhado também no Fórum de Acompanhamento da Implantação do Registro de Especialista. Já foram feitas duas reuniões e a próxima será no dia 13 de maio. A comissão tem recebido convites para participar de debates a respeito deste tema e reuniões nacionais com os demais Conselhos Regionais.

A Comissão de Análise do Título de Especialista (CATE) do CRP-04, após uma minuciosa análise de 2375 solicitações de concessão de Títulos de Especialistas em nove habilidades reconhecidas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), realizou um levantamento numérico referente à situação.

Os dados demonstrados no quadro abaixo, atualizados no mês de março, apresentam o resultado do trabalho da Comissão.

Demonstrativo das solicitações deferidas e indeferidas, conforme a área de especialidade.

Área de Especialidade	Pedidos Deferidos	Pedidos Indeferidos
Psicologia Clínica	1501	120
Psic. Organizacional e do Trabalho	478	38
Psicologia Escolar/Educacional	253	45
Psicologia Hospitalar	186	33
Psicologia do Trânsito	121	12
Psicologia Jurídica	78	06
Psicomotricidade	20	03
Psicopedagogia	26	10
Psicologia do Esporte	05	01
TOTAL	2668	268

Outros esclarecimentos referentes à obtenção do Título de Especialista:

Total de protocolos recebidos no CRP-04 até 17/12/2001: **2375**

Os documentos para a solicitação de Títulos de Especialistas foram encaminhados pelo correio ou protocolados no CRP-04 até o dia 17/12/01. Segundo a Resolução CFP 02/01, de 2001, que define as normas para obtenção do Título de Especialista, cada psicólogo poderia requerer até dois registros de título, desde que comprovasse o

exercício profissional em cada área pelo período de cinco anos. O número de protocolos recebidos (2375) corresponde a 16,68% do total do número de psicólogos inscritos no CRP-04 há, no mínimo, cinco anos. Observa-se que o número de pedidos deferidos (2668) é superior ao número de protocolos; isto deve-se ao fato de que o protocolo de um profissional poderia conter solicitações de dois Títulos de Especialistas.

Número de solicitações por experiência de supervisão em docência: **27**

Número de psicólogos com um mínimo de cinco anos de experiência em supervisão de estágios curriculares.

O Fórum de Acompanhamento da Implantação do Registro convida os psicólogos a participarem das reuniões que estão acontecendo. Informe-se no CRP-04.

Psicologia do trabalho

CRP-04 discute sobre saúde do trabalhador

O Conselho Regional de Psicologia da 4ª Região MG/ES promove, nos dias 23 e 24 de maio de 2003, o seminário "Intervenções do Psicólogo na Saúde do Trabalhador". Um dos objetivos é debater as mudanças no conceito e significado do trabalho e as implicações na representação e nas intervenções dos psicólogos na saúde do trabalhador. O evento também pretende ampliar a visão do trabalho para além da sobrevivência, considerando que ele pode ser uma forma de expressão que faz parte da identidade e da subjetividade do indivíduo.

Também serão apresentadas diferentes propostas de trabalho na área de saúde do trabalhador e os contextos nos quais elas vêm sendo desenvolvidas.

Serão quatro eixos temáticos: Psicologia do trabalho: campos e possibilidades; O homem no trabalho: fatores de sofrimento psíquico; Possibilidades de atuação do psicólogo em saúde do trabalhador; Psicólogo do trabalho e a interdisciplinaridade. Para elaborar o seminário, a Comissão de Psicologia do Trabalho e Organizacional (CPTO) baseou-se nas diretrizes do IV Congresso Nacional de Psicologia (instância máxima de deliberações dos Conselhos de Psicologia), realizado em 2001 (quadro ao lado).

Considerando a relevância dessas diretrizes e na tentativa de atendê-las, o CRP-04 convida os psicólogos a participarem com sugestões. Em breve estaremos enviando a programação do evento. Mais informações pelo telefone (31) 3213-6767.

Diretrizes do IV Congresso Nacional de Psicologia

- Ampliação do campo de atuação do psicólogo no mundo do trabalho;
- O preparo dos psicólogos para diagnosticar e intervir em situação de sofrimento psíquico e doenças mentais e físicas relacionadas ao trabalho;
- Qualificação da intervenção do psicólogo nessa área;
- Redefinição do campo de atuação do Psicólogo Organizacional promovendo uma mudança do seu papel no mundo do trabalho;
- Gerir junto ao Ministério do Trabalho a inserção do psicólogo na equipe de Segurança do Trabalho, conforme as NR4 e NR17.

A Mídia na construção social

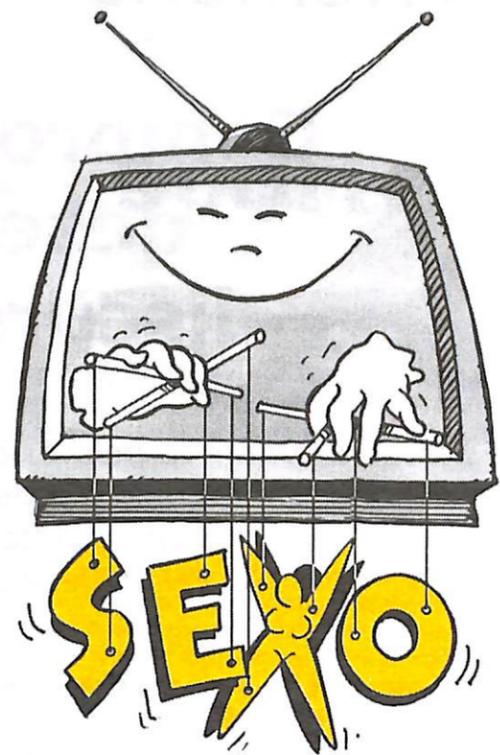
*Paulo Roberto Ceccarelli

A sexualidade humana tem uma história. Os elementos constitutivos desta história começam bem antes do nascimento da criança, e estão intimamente relacionados com o lugar que esta última ocupa no imaginário dos pais e na economia libidinal do casal. Após o nascimento, terá início a chamada constituição do sujeito: um processo marcado por intensos movimentos pulsionais, movimentos estes que definirão a expressão da sexualidade adulta. Isto significa que a maneira como cada um vive a sua própria sexualidade – de forma mais ou menos reprimida, com prazer, com culpa, enfim, as singularidades das manifestações da sexualidade de cada um – é construída desde os primeiros dias de vida.

Embora a criança demonstre em uma idade bem precoce interesse sexual, e mesmo atividade sexual, a sexualidade infantil é totalmente diferente da sexualidade adulta. A resposta que a criança dá às excitações sexuais que seu corpo produz não corresponde à leitura que o adulto faz desta mesma sexualidade. Sem dúvida, é neste sentido que se pode dizer que a criança é inocente. Ela, de fato, o é quando está na fase típica das "brincadeiras sexuais". É o adulto que, ao surpreendê-la nestas brincadeiras lhes atribuirá – às brincadeiras – a conotação sexual do universo adulto. É o adulto que significará à criança que certas brincadeiras são, ou não, permitidas. Outras são proibidas e, em casos extremos, até merecem punição, senão dos homens, de Deus. Seja como for, a resposta que o adulto dá à sexualidade da criança está diretamente ligada à maneira que este mesmo viveu o despertar de sua própria sexualidade.

Assim, ainda que a sexualidade infantil esteja presente desde o nascimento, ela tem um tempo e um ritmo que lhe são próprios, e a exposição prematura a um excesso de estímulos sexuais pode ser problemática para um sujeito em constituição. Uma das fontes deste excesso pode ser a mídia. Alguns programas de televisão podem incentivar o despertar da sexualidade de maneira prejudicial para o futuro da criança. Apenas um exemplo: há algum tempo, várias emissões televisivas exibiam meninas de 3, 4 anos, às vezes menos, dançando a então famosa "dança da garrafa". É claro que isto traz uma grande satisfação para a criança e, sem dúvida, para os pais, por estar sendo admirada e agradando ao público. Entretanto, o olhar do adulto em direção a esta cena, não é o mesmo que o da criança. Isto pode provocar uma erogenização precoce e produzir um tipo de apelo sexual em completa contradição com a sua condição infantil. A mídia tem que saber disto, e se posicionar a respeito: é uma questão ética.

Os adolescentes tampouco estão ao abrigo dos efeitos da mídia, que podem ser perversos. A busca de modelos externos, típica desta fase de separação dos modelos familiares, faz com que aqueles carentes de referências que suportem esta passagem tomem os padrões e comportamentos sexuais que a mídia exhibe como "regra de conduta". Muitas vezes, entretanto, o que a mídia mostra está em total contradição com o sentimento que o adolescente experimenta, o que pode fazer com que ele se sinta desrespeitado, discriminado ou até perdido. Em outras situações, a mídia pode oferecer "soluções" a conflitos internos assegurando ao sujeito a ilusão de pertencer a um grupo e propiciando-lhe, ao mesmo tempo,



uma defesa contra o perigo de entrar em contato com representações inconscientes geradoras de angústia.

A mídia tem uma responsabilidade ética com aquilo que exhibe, e não pode ignorar a sua participação na construção social, na formação de mentalidades e no desenvolvimento psicossocial da criança e do adolescente. Atrair o que ela veicula unicamente aos pontos da audiência baseada na ideologia de uma cultura globalizante é desrespeitar a particularidade do tempo de maturação da constituição de cada sujeito.

*Psicólogo; psicanalista; doutor em Psicopatologia Fundamental e Psicanálise pela Univ. de Paris VII; professor no Departamento de Psicologia da PUC-MG; conselheiro efetivo do X Plenário do Conselho Regional de Psicologia da 4ª Região – CRP-04.

Ética e educação

Educação: o papel de informar e formar

Fazer uma abordagem sobre o tema nos parece tão desafiador como o Projeto Brasil Sem Fome, mas é uma temática tão pertinente como a reflexão responsável sobre a identidade do psicólogo no contexto escolar e fora dele, e o seu fazer permeado por uma prática lúcida e democrática frente a cenários diferenciados. E com um olhar transformador. Como profissionais construtores da busca de qualidade nas relações interpessoais, nos tornamos partícipes desta discussão e deste exercício de pensar a ética/educação como fenômeno presente e dominante na nossa existência.

A palavra educação possui dois objetos inscritos em sua identidade: informar e formar e, como nos ensina o filósofo Fernando Savater: "a ética nada mais é do que uma tentativa racional de viver melhor, de forma humana com outros humanos." Parece-nos uma irmandade, palavras afins. E se nossa vida é feita de relações com os outros, nossas ações no mundo nos permitem sermos educadores em estado permanente.

Assim, a sugestão é para que firmemos posição e coloquemos este referencial no cotidiano e na convivência, sabendo que podemos perseguir as relações com os outros, pautados na escolha do bem comum. De outra forma não há saídas para a transformação da sociedade em busca de possibili-

dades de manifestação da vida, da sua existência sem a exacerbação dos fenômenos detonadores da violência banalizada. Queremos discutir a necessidade da presença dos valores nas relações humanas como um propósito de vida e, como tal (intenção), jamais ficará velho ou démodé. Este propósito é um desafio de grande utilidade, nos leva a dar passos mais largos e audaciosos e traz consigo a renovação saudável na forma de encarar a vida.

A atuação profissional do psicólogo na esfera educacional é objeto de nossa leitura e, para tanto, estamos estudando autores e profissionais com esta trajetória. Queremos fazer contribuições reflexivas, trabalhar para garantir a inserção profissional do psicólogo no âmbito educacional como um todo, para construir referenciais de conduta nesta atitude de educar, formar pessoas pertencentes a uma cultura e a uma série de circunstâncias sociais, econômicas, biológicas e psicológicas. Como toda a sociedade, nossa categoria quer possuir seus "ethos", seus jeitos de ser, e nos parece prudente que nossos jeitos de ser se confundam com os nossos jeitos de fazer. Queremos mobilizar, convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, queremos compartilhar as interpretações e os sentidos de nossas discussões.

Atentos à lógica de que não podemos es-

colher o que nos acontece, mas otimistas frente ao fato de que podemos escolher o que fazer e o nosso fazer diante do que nos acontece, e embora a ética não esteja aí para substituir o Catecismo, ousamos resgatar na história bíblica os Mandamentos que foram ditados a Moisés, claro que traduzidos para o nosso texto e o nosso contexto. Não matarás o seu educando com uma prática psicométrica, limitadora e avassaladora. Não acobertarás injustiça e opressão, em outras palavras, não manipularás para justificar um sistema que fabrica injustiças na defesa de interesses pessoais ou de grupos. Não aplaudirás métodos e metodologias que discriminem, que não atendam às diferenças, que vinguem atitudes inaceitáveis de seus educandos, que os condenem e os reduzam ao determinismo dos fatos e das aparências. Não falarás mal do seu educando, não repetirás palavras que denigram sua imagem e sua individualidade, encaminhando-o para a baixa estima e a falta de perspectivas. E por fim, adorarás os princípios fundamentais da ética na convivência com o outro, e saberás que a maior riqueza de uma pessoa é a dignidade de sua trajetória no mundo.

Nossa contribuição a fim de não destruir esta possibilidade é fundamental!

Compromisso com a verdade do desejo e com a liberdade: discurso de Hélio Pellegrino

Discurso proferido pelo psicanalista Hélio Pellegrino, paraninfo da turma de Psicologia Escolar da FUMEC, em 08 de julho de 1983. O texto foi resgatado pela conselheira Daisy Xavier – que se formou nesta turma – durante discussões sobre ética, no X Plenário. Pela beleza do texto e atualidade do tema, o JP decidiu publicá-lo.

***Hélio Pellegrino**

Membros da mesa, minhas senhoras, meus senhores, meus caríssimos formandos. A primeira e fundamental virtude, que aliás está sendo praticada aqui, de um discurso de paraninfo, é que ele seja breve. Tentarei, nas minhas palavras, realizar pelo menos essa virtude.

Eu lhes confesso que fiquei muito grato e muito feliz pela escolha que vocês fizeram do meu nome para paraninfo esta turma e, mais do que feliz e honrado, fiquei vaidoso. E como esta vaidade tornou-se perigosa porque ameaçou ser para mim um surto de narcisismo, tentei, com as ferramentas do meu ofício, entender as razões dessa escolha. Sou um psicanalista e, se vocês escolheram um psicanalista para paraninfo esta turma, com isto ganham uma definição profissional e ganham um perfil profissional. Vocês poderiam ter escolhido um behaviorista, um skineriano, um bioenergeta, um rogeriano, um gestaltista, um psicoterapeuta existencial ou um psiquiatra organicista: o leque de escolha é muito grande, mas vocês escolheram um psicanalista. Com isto, vocês assinam um compromisso com a ciência psicanalítica e, claro, prestam uma homenagem ao inventor da Psicanálise, Sigmund Freud.

O que faz a Psicanálise? A Psicanálise, na teoria e na prática, busca a verdade do desejo humano, e quem busca a verdade se compromete com a liberdade. Heidegger diz que "a essência da verdade é a liberdade". Se nós, psicanalistas e psicólogos, procuramos a verdade na nossa clínica e na nossa prática, nós, na mesma medida, estamos comprometidos com a liberdade. E é confortador, e é belo vermos uma turma de jovens que começa a sua atividade profissional comprometida com a verdade e a liberdade.

Lacan define a Psicanálise como a ciência do que falta ao homem. Nós, no nosso centro ontológico, trazemos no coração do nosso desejo uma falta, uma cárie, uma carência, um rombo de nada, e é condição do movimento do desejo humano que ele jamais seja saturado e jamais seja inteiramente aplacado. Não há possibilidade de nós obturarmos essa cárie, essa carência que carregamos no coração do nosso desejo. E isto é assim porque nós e a Psicanálise não lho demonstra de uma maneira precisa e perfeita, nós perdemos na nossa evolução psicosssexual os primeiros objetos da nossa paixão de infância. Temos que perder os primeiros objetos do nosso desejo para que, adequados ao princípio da realidade, possamos permitir o advento da realidade, o advento do outro. Temos que nos curar do nosso narcisismo infantil para darmos lugar à realidade. Mas

essa perda, essa perda dos objetos das nossas primeiras paixões, essa perda vai marcar-nos indelevelmente e ela vai construir o horizonte da utopia, ela vai construir o horizonte da poesia, ela vai construir as transformações a que todos aspiramos. Essa busca, essa procura, essa errância, isto é a liberdade humana.

O homem tem um coração inquieto e nada conseguirá aplacá-lo totalmente. E isto é a raiz da liberdade e nada, nenhuma força, nenhuma instituição total, nenhum estado totalitário, nenhum governo autoritário, nenhuma ditadura, seja ela militar ou de qualquer outro tipo, nada prevalecerá contra a vocação de liberdade do ser humano.

O homem tem um coração inquieto e nada conseguirá aplacá-lo totalmente. E isto é a raiz da liberdade...

Buscando entender porque vocês escolheram a mim, percebo que vocês, de qualquer forma, acompanharam a luta que nós empreendemos na Sociedade Psicanalista do Rio de Janeiro. Eduardo Mascarenhas e eu próprio fomos expulsos da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro por delito de opinião porque, publicamente, desmascaramos o apoliticismo da Psicanálise como um artefato ideológico a serviço do "status quo" e também desmascaramos o uso da análise de formação, da análise didática, com fins de poder e de pecúnia mais do que a serviço da Psicanálise. Indignados, recorremos à Justiça e ganhamos: fomos reintegrados à Sociedade Psicanalítica e mudamos a ordem desta sociedade. Conseguimos derrubar, na Sociedade Psicanalítica, pelo movimento que conseguimos fazer, uma ordem muito, muito autoritária, e isto foi uma pequenina contribuição ao aperfeiçoamento do tecido social brasileiro.

Nós todos, sem exceção, estamos condenados a fazer política. Somos políticos quando fazemos política e somos políticos quando não a fazemos, com o agravante de que, quando não fazemos política, na verdade nós a fazemos para servir ao "status quo".

Nós, psicanalistas, é claro, dentro do nosso consultório, colocamos a realidade entre parênteses e não fazemos política enquanto exercemos a nossa clínica. Mas isto não nos exime da responsabilidade, fora do consultório, de participar do processo de transformação social no sentido de buscar a justiça, a igualdade e a liberdade. Não podemos, fora do consultório, interpretar a realidade psicanaliticamente: esse é um vício psicanalítico que degrada a ciência psicanalítica. Por exemplo, agora, os operários, vítimas da política do governo, começam a se levantar a sua greve. Seria incrível se um psicanalista dissesse que o Presidente do Sindicato dos Petroleiros, Jacor Bittar, lidera a greve porque padece de um Complexo de Édipo mal resolvido. Ele faz greve, não porque tem o Complexo de Édipo mal resolvido, ele faz greve porque é um líder operário e porque a classe operária está profundamente sacrificada e é desindexada desde 1964. Então, que os ricos paguem agora! Que os banqueiros paguem agora! Que o sistema financeiro pague agora! Porque os pobres e os operários pagam desde 1964.

Por fim, eu lhes quero dizer: ninguém tem a razão toda. Nós, psicanalistas, não podemos explicar o mundo, nós temos que modestamente conviver com outras ciências no sentido de buscar uma totalidade que, nunca, ninguém vai apreender.

E, por último, quero lembrar que vocês, tanto quanto eu, somos privilegiados. Nós conseguimos, no Brasil, terminar um curso universitário e temos um título universitário. E se somos privilegiados e, no Brasil, nós o somos, temos que reconhecer que um privilégio se monta a partir do sacrifício de alguém que fica despossuído, não há privilégio sem despossessão. Então, temos que reconhecer que devemos nosso privilégio a milhões de brasileiros que nunca poderão frequentar uma universidade, que não têm nenhuma possibilidade de receber um título universitário. Esses brasileiros anônimos, esses milhões de trabalhadores, são os que nos dão o privilégio de que desfrutamos. E eu creio que temos um dever ético, o de devolver à essa multidão anônima de brasileiros um pouco do privilégio que eles nos dão sob a forma de serviços profissionais, sob a forma de serviços culturais, sob a forma de serviços políticos no sentido da transformação e da redenção do trabalhador e do pobre brasileiro, pela transformação de nossa sociedade. Tenho dito!

**Nasceu em Belo Horizonte a 5 de janeiro de 1924 e morreu no Rio de Janeiro a 23 de março de 1988. Pertenceu ao grupo literário de que fizeram parte, entre outros, Fernando Sabino, Otto Lara Resende e Paulo Mendes Campos. Foi psiquiatra e psicanalista.*

A Ética do Psicólogo no Esporte

* Paula de Paula

A Psicologia do Esporte (PE), enquanto área emergente, tem atraído o interesse de muitos psicólogos e estudantes de Psicologia. A atuação profissional neste campo, embebida de pouca fundamentação dos conhecimentos já produzidos na Psicologia do Esporte, acarreta em diversos equívocos na prestação dos serviços, sedimentando crenças inadequadas e abrindo espaço para a participação de profissionais de outras áreas, como aconteceu no futebol, durante a Copa do Mundo de 1998, e nas Olimpíadas de 2000, nas quais um engenheiro químico e um psiquiatra, respectivamente, foram incumbidos de desempenhar funções inerentes ao psicólogo.

Paradoxalmente e concomitante a esta situação, temos poucos cursos de pós-graduação em PE no Brasil e, nos currículos de nossas instituições formadoras de Psicologia, ainda não há disciplinas regulares que habilitem o futuro profissional a compreender as especificidades da PE. Toda esta realidade explica o fato da Sociedade Brasileira de Psicologia do Esporte ser constituída, em quase sua total maioria, de profissionais da educação física e, até então, são pouquíssimos os psicólogos que estão ligados a ela.

O X Plenário do CRP/04 instituiu, em novembro de 2001, uma comissão de PE que tem discutido a ética e a prática cotidiana do psicólogo no Esporte. A comissão tem promovido a troca de experiências no sentido teórico-prático, com apresentação de trabalhos de colegas que estão atuando na área, problematizando suas dificuldades atuais, para ampliar a compreensão da PE como ciência e profissão. Em agosto de 2002, o CRP/04 realizou uma "Quarta no Conselho" para discutir a ética do psicólogo no esporte, e em setembro, o primeiro seminário regional de Psicologia do Esporte, reunindo mais de duzentas pessoas entre estudantes e profissionais do esporte e da Psicologia em clima de trabalho profícuo e harmonioso.

Todo esse esforço para qualificar a PE a partir da perspectiva de uma Psicologia crítica, é para fazer com que a atuação dos psicólogos junto aos desportistas, entidades públicas e privadas promotoras do esporte e do lazer, tenha cada vez mais credibilidade. Seu atual compromisso em 2003 é estudar o Código de Ética Profissional, com o objetivo de sugerir ementas para o Fórum Nacional de Ética, que irá acontecer em novembro deste ano, em Brasília, adequando-o as especificidades da atuação do psicólogo no esporte.

Para pensarmos sobre a ética no esporte é necessário levar em consideração que o Esporte é um fenômeno cultural e que não se constitui de forma neutra e independente, pois suas práticas veiculam e reforçam costumes, valores sociais, políticos, éticos e estéticos. Numa sociedade de

consumo tal qual a que vivemos, fortemente condicionada por interesses de lucro, fica evidente o quanto a mentalidade de se ter mais e se levar vantagem em tudo serve para justificar os deslizes éticos que são cometidos no interior do esporte e da sociedade.

A ética de quem, acima de tudo, precisa ser o melhor, ou vencer a qualquer preço, não nos parece ser em favor da vida e sim da guerra, onde matar o outro é a única condição de existência. O esporte de rendimento é uma das operações sociais que consiste em instituir "um primeiro", "o melhor" em relação à força, preparo físico, habilidades técnicas e táticas. O atleta moderno se adapta à estrutura do herói mítico, uma vez que os valores subjacentes de um e de outro são o confronto, a luta, a ascensão, o domínio. Um exemplo de como estes valores estão disseminados atualmente e fazem parte da "american way of live", são os "Reality Shows" tais como os já exibidos "Alta Tensão", "No limite" e o próprio "Big Brother", que exigem do participante uma grande capacidade de resistência física e psicológica de maneira que seus personagens têm sido comparados à heróis, por conta de suas proezas e pela tenacidade em perseguir seus objetivos.

No entanto, a regra destes jogos camufla a possibilidade de se ser solidário no esporte, quando associa a idéia de competição ao fato de só haver lugar para "um", sendo que este "um" nem sempre é considerado o melhor para aqueles que convivem com ele. Esta ética individualista e aparentemente meritocrática tem dado sinais claros de falência em solucionar problemas coletivos e, embora o esporte de rendimento acabe incorporando-a muito facilmente, essa não é a única maneira de se fazer esporte.

Considerando a ética como um dos espaços de luta pela realização da liberdade, o que implica o resgate das categorias fundamentais como responsabilidade, compromisso e autonomia, é preciso que os psicólogos que se interessam pelo Esporte, se posicionem frente às questões que estão no horizonte do esporte de rendimento, social, de reabilitação, lazer e escolar.

Sabemos que no afã de ocupar um lugar no mercado, pode-se correr o risco de ceder ao próprio desejo de se estar trabalhando na área, atendendo a demanda da instituição que contrata e esquecer do compromisso com a pessoa humana que ali está representada pelo atleta. Muitos psicólogos desejam trabalhar no esporte de alto rendimento porque há um "glamour" próprio do mundo das estrelas, que, mesmo fugaz, aponta para a possibilidade de projeção meteórica de seu nome e se esquece das armadilhas que este campo esconde em relação às expectativas que tem acerca da Psicologia.

Como psicólogos, precisamos nos fazer algumas perguntas, que não retratam a totalidade das questões existentes, mas que iniciam uma dis-

cussão ética acerca da atuação do psicólogo no esporte. São elas: a) Qual a natureza do investimento no Esporte? b) É possível escutar o sujeito no sentido de ajudá-lo a se apropriar de seu desejo, podendo assim estar livre para executar sua ação da forma mais autônoma possível? c) Quais as condições de trabalho para que a "escuta" seja possível, na medida que isto implica em tempo para se estabelecer e trabalhar com a "transferência", d) Como aceitar contratos temporários e pontuais sem incorrer na idéia de: há mágica no fazer do psicólogo? e) Que estratégias utilizar para humanizar o esporte de rendimento, levando para as comissões técnicas a possibilidade de um gerenciamento mais democrático, mesmo sabendo o quando a formação dos técnicos é autoritária? f) Será possível sensibilizar os dirigentes e cartolas para não considerarem os atletas como peças de reposição? g) Como ajudar os profissionais do esporte a elaborar metodologias mais participativas e inclusivas para programas de esporte social? h) Quando se aplicar testes psicológicos e quais são os objetivos de sua aplicação? i) Estarão os testes servindo somente para a exclusão dos jogadores ou se terá tempo no trabalho com os atletas para que eles se beneficiem de seus resultados podendo se conhecer melhor e superarem seus problemas? j) Como construir um clima de confiança e sigilo para que o trabalho possa ser de fato realizado, se a imprensa e a comissão técnica querem sempre informações sobre os atletas? l) Qual será nosso compromisso com a mídia? m) Se o psicólogo faz o seu trabalho priorizando o sujeito e seu desejo, até que ponto deverá estar preocupado com a vitória? n) O trabalho de construção coletiva e autoconhecimento dos atletas que estão sob sua responsabilidade é antagônico aos objetivos colocados pela comissão técnica? o) Existe clareza de quem contrata sobre o que seja um programa de preparação psicológica? p) Será possível trabalhar com o esporte de rendimento sem deixar-se ceder pela necessidade da vitória, à especialização precoce e ao doping de todas as naturezas? q) Quando utilizar preleções, palestras, hipnose e outras técnicas de influência? r) Como devemos atender os chamados para a preparação psicológica de uma equipe ou atleta?

Estas são algumas das questões com as quais a comissão de PE do CRP/04 está trabalhando. Se você se interessa pela área, ligue para o conselho, se informe, venha participar e dar a sua contribuição.

* Paula de Paula é psicóloga e psicanalista, mestre em Treinamento Esportivo na Área de Concentração da Psicologia do Esporte pela UFMG, professora do Instituto da PUC Minas. É conselheira efetiva do X Plenário, presidente da Câmara de Ética e da Comissão dos Esportes e do CRP-04

Coluna da Abrapso

O que é - A Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso) é uma entidade científica, sem fins lucrativos, que busca a construção de ações e a discussão teórica na promoção e divulgação de trabalhos, pesquisas e afins realizados no campo da Psicologia Social, contando com associados e com a publicação da revista **Psicologia e Sociedade**.

Inscrição de novos associados - Com o processo todo informatizado, ficou mais fácil se tornar um integrante da Abrapso. Basta que você acesse o site: www.abrapso.org.br. Novos sócios, profissionais ou alunos, ganham exemplares da revista da Associação.

Agenda - Os encontros regionais intercalam-se com os nacionais. De 15 a 17 de outubro acontece o XII Encontro Nacional da Abrapso, em Porto Alegre (RS). O tema do evento é "Estratégias de invenção do presente - a Psicologia Social" no contemporâneo", e busca por movimentos de reinvenção da Psicologia como uma ação política e social. Os trabalhos podem ser enviados até 15 de julho. Mais informações no site.

Registro de especialistas em Psicologia - A Abrapso entende que a proposta de uma especialidade em Psicologia Social não é coerente com a finalidade e a composição desta Associação, e, ainda, vem de encontro aos auspícios da luta pela compreensão de que toda a Psicologia é social. "Esta afirmação não significa reduzir as áreas específicas da Psicologia à Psicologia Social, mas sim cada uma assumir dentro de sua especialidade a natureza histórico-social do ser humano." (LANE, Sílvia T.M. e CODO, W.(org.). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.19). A posição da atual direção é de não legitimar uma ação que venha depor ao contrário desta luta e, também, não contribuir para a formação de uma especialidade em Psicologia Social, correndo o risco de delimitar o compromisso ético-sócio-político que se quer para a prática de qualquer profissional em Psicologia como um fazer técnico somente dos profissionais especialistas nesta área. Apesar dessa posição da Diretoria, não há consenso quanto à discussão que deverá ganhar, na Assembléia Nacional, em outubro, uma posição definitiva.

Ética e Psicologia do Trabalho: qual o nosso papel nas Organizações?

"O psicólogo trabalhará visando promover o bem-estar do indivíduo e da comunidade, bem como a descoberta de métodos e práticas que possibilitem a consecução desse objetivo".

Princípios Fundamentais – Código de Ética Profissional do Psicólogo.

A Psicologia é contemporânea da Revolução Industrial. Podemos considerá-la como um dos frutos destes novos tempos, onde o homem passou a vender a sua força de trabalho, a ser remunerado por isto e a ocupar um espaço definido para o desenvolvimento das atividades produtivas.

Com o passar dos tempos e com o crescimento desta modalidade de trabalho, foi necessário o desenvolvimento de métodos para gerenciar esta nova realidade. Em um mesmo lugar, trabalhava um grande número de pessoas exercendo muitas tarefas, utilizando meios e tecnologias diversas. Várias razões podem explicar o surgimento dos controles gerenciais: era necessário otimizar as atividades, permitir aos donos dos meios de produção um maior controle sobre os mesmos, ganhar eficiência e produtividade.

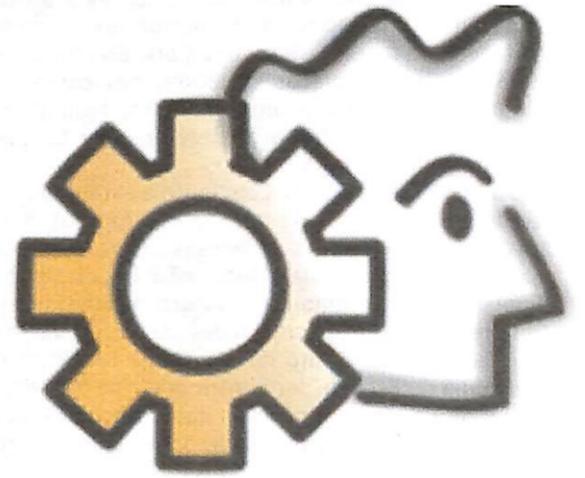
É para atender a esta demanda que pesquisadores e cientistas de todas as áreas voltaram seus olhares para as empresas. Surgem diversas técnicas para organizar o trabalho: administração científica, teoria clássica, toyotismo, re-engenharia etc. Também surgiu a compreensão do que ocorria ao homem no ambiente de trabalho: motivação, desempenho, sofrimento psíquico, defesas coletivas, processo saúde/doença no trabalho.

A Psicologia participou ativamente deste esforço para o desenvolvimento dos sistemas produtivos. Assim, encontramos relacionando-se com o mundo do trabalho em diversos estudos

e através das mais variadas escolas teóricas. Nos primórdios, com Elton Mayo e a Teoria das Relações Humanas, com Kurt Lewin e a Teoria de Campo e, na atualidade, com autores como Dejours, Enriquez, dentre os vários autores que poderíamos citar.

Nos dias atuais, o mundo é "sacudido" por mudanças drásticas nas relações de trabalho. Fala-se muito de flexibilização destas relações, da empregabilidade, do novo trabalhador pensante e pró-ativo. Entretanto, o que acompanhamos no dia-a-dia são práticas por vezes equivocadas que não respeitam o compromisso ético com a integridade física, psíquica e social dos cidadãos trabalhadores, criando mecanismos de pressão e/ou exclusão social que levam a um desequilíbrio nas relações entre os indivíduos, as organizações e o sistema produtivo.

Os psicólogos, atentos aos diversos fatores presentes nestas trocas institucionais e comprometidos com uma visão crítica do mundo do trabalho, assumem cada vez mais um papel de intervenção nos conflitos, fazendo-os emergir e viabilizando a negociação. A Escola das Relações Humanas, por um longo período, apostou na extinção do conflito e no ideal de uma convivência paradisíaca entre indivíduo e organização. Hoje, sabemos que esta prática produziu – e ainda pode estar produzindo – relações desiguais entre os atores institucionais com a aniquilação subjetiva de grande parte dos trabalhadores e a adoção de políticas perversas por parte dos patrões.



Os conflitos sempre existirão onde houver relações de troca entre os homens. Promover a negociação dos mesmos, dentro de princípios como respeito e dignidade, deve ser a intervenção prioritária dos psicólogos nas organizações. Isto só será possível se sustentado por uma posição ética comprometida com o respeito às diferenças, com a responsabilidade compartilhada e com a democracia.

Saúde mental

Asilos de Santa Luzia: Síntese de uma Grave Situação

A partir de denúncias feitas na I Conferência Metropolitana de Saúde Mental, realizada em outubro de 2001, por delegados representantes de Santa Luzia, sobre o encaminhamento de portadores de sofrimento mental para asilos do município feitos pela Clínica Pínel de Belo Horizonte, foi realizada uma apuração da situação através de uma comissão constituída por membros da Diretoria Metropolitana de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, do Fórum Mineiro de Saúde Mental e do Conselho de Saúde de Santa Luzia.

O relatório final feito por esta comissão recomendou várias ações para a solução dos problemas encontrados, que foram referendadas pela Auditoria da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais. No entanto, poucas dessas ações foram colocadas em prática, apesar de decorridos sete meses de sua realização.

A Vigilância Sanitária da SES foi a campo e constatou diversas irregularidades, recomendando diversas ações a serem tomadas para a solução das graves distorções encontradas. Estas ações também não foram acatadas.

Nestes asilos estão internadas pessoas

idosas e portadores de sofrimento mental, procedentes na sua maioria de Belo Horizonte e de Santa Luzia, com risco de agravos à sua saúde pelas péssimas condições de infraestrutura, de higiene e nutrição e desassistência pelo sistema público de saúde.

Novos membros passaram a compor a comissão, inclusive a Comissão de Direitos Humanos do CRP-04, para acompanhamento da situação que vem se deteriorando com o aumento do número de asilos clandestinos e do número de portadores de sofrimento mental internados nessas instituições, sem assistência adequada à sua saúde, em claro desrespeito aos direitos destes usuários e à lei.

O aumento do número dos asilos vem se caracterizando como um "comércio" de pessoas que necessitam de cuidados especiais, pela facilidade de sua proliferação e pela troca entre estas instituições das pessoas nelas internadas.

O CRP-04 vem participando da referida comissão e avalia existir falta de vontade política na solução dos problemas por parte do município e de algumas instituições envolvidos na questão. A última reunião desta comis-

são foi em fevereiro de 2003, na qual deliberou-se enviar relatório da situação dos asilos de Santa Luzia para a Comissão Estadual Bipartite dos Gestores do SUS e a promotora pela sua de saúde de BH ficou de contactar o promotor responsável pela área de saúde de Santa Luzia. As associações e ONG'S que participam da comissão bem como o CRP-04 optaram por encaminhar um documento para o Secretário Municipal de Saúde de Santa Luzia, Belo Horizonte, Secretário Estadual de Saúde e Conselho Estadual de Saúde visando que as providências sejam tomadas nesse sentido.

A solução mais adequada seria o fechamento destas chamadas "casas de repouso", com a transferência dos portadores de sofrimento mental, sem referência sócio-familiar, para Serviços Residenciais Terapêuticos, abordagem dos familiares daqueles que ainda possuem estas referências e a transferência dos idosos a locais adequados para a atenção e cuidados em saúde de que necessitam.

Caso o Poder Público não se manifeste, deveremos denunciar à imprensa e contar com o apoio da sociedade nesta luta.

JP Jornal do Psicólogo

Espírito Santo

Publicação do Conselho Regional de Psicologia - CRP-04 - Espírito Santo - Ano 20 - nº 75 - abril a junho de 2003

EDITORIAL

Caro Colega,

Você recebe mais uma edição do JP – Seção Espírito Santo, que tem o objetivo de informar sobre nossas atividades, ao mesmo tempo em que buscamos incentivar sua participação e crítica em nossos projetos. A Comissão Gestora da Seção-ES continua firme em seu propósito de vir a se transformar em Conselho de Psicologia no ano de 2004.

Vimos atuando com ampla autonomia administrativa e política, sempre em sintonia com o X Plenário. No último dia 10 de abril, promovemos uma reunião de coordenadores dos vários cursos de psicologia existentes no estado, para discutir os rumos da política nacional de educação para a área de Psicologia e suas diretrizes curriculares.

Contamos com a coordenação da Conselheira Júnia Lara, presidente da Comissão de Educação e da Comissão de Avaliação de Título de Especialista, do CRP-04, tema esse, também, discutido com os coordenadores de cursos e outros colegas presentes ao evento.

Pretendemos participar desse debate de forma transparente, sempre buscando o consenso entre os diversos atores, com a perspectiva de uma Psicologia comprometida e voltada para a transformação de nossa realidade social.

Informamos ainda que nossa Comissão de Saúde está ini-

ciando suas atividades, e tem a participação de colegas que atuam em várias instituições. Seu objetivo é discutir as políticas públicas na área de saúde e a inserção do psicólogo nesse contexto. Já foi realizada uma reunião e estabelecida uma pauta de ação, tendo como eixo principal a luta contra o projeto do Ato Médico. Iremos convidar os outros conselhos da área da saúde para participar das discussões. Vocês podem obter mais detalhes sobre esse assunto no Jornal do Federal e nesta edição do JP.

Pretendemos também formar uma Comissão de Direitos Humanos e Luta contra a Violência. Acreditamos que nesses tempos de exacerbação da violência em todos os seus aspectos, os psicólogos, enquanto investigadores da condição humana, devem estar presentes e atuantes nesse debate. Os interessados devem entrar em contato com a Seção ES.

Em breve, realizaremos nova Assembléia Geral para fazer um balanço e avaliação de nossas atividades. Na oportunidade vamos expor nossas metas, tendo em vista a transformação em Conselho e reforçar o trabalho da Seção com a inclusão de novos membros.

Nesse dia também será realizado o Fórum Estadual sobre Ética Profissional. Vocês receberão em casa o folder com as devidas informações.

Colega psicólogo não se omita. Participe!

Psicólogos contra a Guerra e a favor da Vida

Vivemos mais um momento de angústia e apreensão. Resultado da ganância sem limite e de uma prepotência injustificada, vemos o mundo mais uma vez mergulhado e atordoado por novo conflito militar.

Independente das razões e justificativas oficiais, nós, psicólogos, enquanto profissionais da "alma humana", devemos nos posicionar totalmente contra essa nova carnificina que presenciamos diariamente em nossos lares.

Acreditávamos que, com o alvorecer de um novo milênio, o mundo pudesse entrar em uma era de paz e concórdia. Infelizmente, estávamos enganados, e o que vemos atualmente são os mesmos personagens de outra, apenas com novas máscaras. Ou será que o srs. Bush e Blair são diferentes dos srs. Hitler e Mussolini, os grandes patronos da 2ª Guerra Mundial?

Nós, psicólogos, devemos participar ativamente das manifestações em prol da PAZ, e

denunciarmos, sempre que possível, as mentiras e fantasias que visam justificar a matança indiscriminada.

Nossa categoria, como integrante da comunidade das ciências humanas, não pode se omitir. Devemos conclamar o povo para se posicionar contra a guerra e a favor da paz.

Prezados Colegas, olhemos o mundo com mais amor e responsabilidade. Assim, poderemos transformá-lo e nos sentir úteis e realizados.

Seja um amigo excepcional

As Sociedades Pestalozzi são entidades filantrópicas que há décadas atuam no atendimento à crianças e adolescentes portadores de necessidades educativas especiais, "os excepcionais".

Lutam com muita dificuldade e contam principalmente com a colaboração de pais e amigos das crianças. Com a extinção de órgãos governamentais como LBA e IESBEM, essas dificuldades acentuaram-se.

A Seção ES, consciente dessas dificuldades e sabendo da importância desse trabalho, está apoiando a sociedade Pestalozzi de Vila Velha, em sua campanha "seja um amigo excepcional".

Quem quiser participar, favor entrar em contato com Karen, pelo telefone 3319-0066.



Os desafios do mercado para a Psicologia e a formação profissional

Reinaldo da Silva Júnior – CRP 04/15906

O mundo contemporâneo traz, como uma de suas particularidades mais marcantes, a consolidação do conceito de profissionalismo, que tem sua gênese com a Revolução Industrial. É interessante marcar este momento histórico, pois acontece aí uma verdadeira transformação nas relações de trabalho e na prestação de serviços. Não que antes não houvesse especializações como médicos, carpinteiros ou agricultores, mas as relações de trabalho não traziam, na sua estrutura, as marcas que definem hoje o que identificamos como profissionalismo, ou seja: o distanciamento da vida familiar, a intervenção exclusivamente técnica, o respaldo da lógica científica, o contrato de trabalho regido pela lógica econômica.

Estas características que definem o que entendemos por profissão são também preponderantes quando vamos delimitar o campo de trabalho ou, se preferirem, o mercado profissional. Afinal, "procuramos investir onde sabemos que existe possibilidade de lucro".

O mercado profissional é, portanto, regido pela demanda econômica da sociedade. Talvez por isso a Psicologia tenha sido vista durante muito tempo como um "capricho" de pessoas economicamente bem colocadas, visão esta atrelada ao alto custo de um processo psicoterapêutico numa clínica particular, que foi, por um longo período, o grande mercado da Psicologia enquanto profissão. Realidade esta que ainda hoje persiste, mesmo com todo o esforço que estamos fazendo no sentido de construir uma nova visão do que seja a Psicologia e do lugar que esta deve ocupar na sociedade.

É importante destacar que falamos de uma visão que a sociedade, e mesmo a categoria, tem da Psicologia enquanto profissão – a Psicologia clínica tradicional –, mas é também relevante frisar que a ciência psicológica nunca se ateve a este lugar, sempre buscando subsídios para uma intervenção mais ampla como nas escolas ou empresas.

É claro que, num primeiro momento, esta psicologia escolar e empresarial foi utilizada mais como mecanismo de repressão do que como instrumento para melhorar a vida das pessoas, mas esta é uma outra história.

O que entendemos, no entanto, é que a intervenção psicológica na sociedade não pode e não deve ser controlada pelo mercado. O instrumental técnico desenvolvido pela ciência da psicologia é, antes, uma arma na construção de um mundo mais saudável e tem, por isso, um compromisso ético com a humanidade que a produz.

Estamos dizendo, com isso, que o campo de atuação do psicólogo não pode ser definido por um princípio meramente financeiro, mas deve ser pensado como um espaço da necessidade humana de uma escuta de sua subjetividade; a psicologia, portanto, deve ocupar todos os lugares onde a subjetividade se manifesta.

É lógico que a questão do mercado de trabalho não pode ser relegada, pois estaríamos desconsiderando uma condição objetiva da cultura em que estamos inseridos e isso seria loucura ou, no mínimo, inocência.

O que faremos, no entanto, é uma leitura diferente da conjuntura do mercado de trabalho. O que percebemos é que, por uma soma de fatores, tais como: saturação da área clínica tradicional, abertura para novas teorias – principalmente na área da psicologia social e da personalidade, a mudança de visão sobre a função da psicologia para a sociedade, saindo do lugar de controladora do comportamento humano para o de promotora de uma vida sadia, a demanda de segmentos da sociedade que até então se viam aliadas de um saber psicológico, dentre outros, levaram os psicólogos a repensar sua prática e construir estratégias de intervenção que viabilizem o projeto de uma psicologia mais atenta à realidade social, uma psicologia mais próxima do povo.

Este movimento nos deixou numa situação singular, vivida pelos profissionais do início do século XXI: por um lado a saturação de um campo tradicionalmente estabelecido para a psicologia – a área clínica particular, por outro, a emergência de diversas práticas como, por exemplo, a psicologia hospitalar, comunitária, pública etc, que requerem toda uma construção, tanto teórica quanto prática, mas que ainda não têm consolidado pelo tal mercado sua viabilidade econômica. Basta ver que o profissional de psicologia é geralmente o que tem o menor salário nos concursos públicos ou nos planos de cargos e salários do sistema privado. É interessante perceber que, ao mesmo tempo em que a sociedade começa a requisitar a presença do psicólogo nos mais diversos espaços instituídos, constata-se que o tal mercado não remunera este profissional adequadamente negando, inclusive, uma lógica do próprio, pois, se a demanda do profissional é maior, ele deveria estar sendo mais valorizado comercialmente.

Esta situação nos coloca perante a constatação de um fato: o psicólogo precisa, urgentemente, começar a se organizar enquanto categoria para fazer com que a sociedade reconheça o valor de seus serviços, mas esta também é uma outra história.

Bem, ao desenvolvermos estas reflexões sobre o mercado de trabalho, não poderíamos nos furtar a discorrer um pouco sobre a questão da formação profissional, afinal é nela que encontramos os indicadores para nossa atuação.

Como já colocamos acima, a psicologia, enquanto ciência e profissão, deu, em meados dos anos 80, uma guinada, saindo do lugar elitista, de um olhar discriminatório e excludente, para uma postura mais social e comunitária. Virada esta que dá margem a uma postura ética diferenciada e que exige do profissional muito mais jogo de cintura para lidar

com a diversidade de propostas que surgem em um meio dinâmico por natureza.

Este "jogo de cintura" se materializa numa abrangência teórica que não se resume à leitura clássica e pela capacidade de pesquisa do psicólogo. Um psicólogo que se engessa em um referencial teórico é um profissional aliado do mercado emergente de antemão. A leitura de uma psicanálise ortodoxa ou de um behaviorismo clássico não dá conta dos fenômenos da contemporaneidade.

Por isso a capacidade de articulação teórica entre os diversos saberes psi e o senso empreendedor necessário para o desenvolvimento de pesquisa são dois fatores fundamentais na formação do profissional do novo milênio. E estas características só são possíveis em um curso que tenha como filosofia pedagógica o estímulo à busca do novo e à construção de um saber que não seja pronto e acabado, mas um saber que se processe na práxis do aluno.

A questão das ênfases, definidas nas diretrizes curriculares do MEC para o curso de psicologia, no nosso entendimento, é um dificultador para esta formação generalista e voltada para a pesquisa, que deveria estar na base da formação do psicólogo, ou seja, na graduação, pois acaba por dar à mesma uma idéia um tanto quanto tecnicista da ciência psicológica.

Porém, o fato de ser um dificultador não significa que torne impossível construir, dentro deste modelo, uma formação mais crítica e comprometida com a evolução do saber científico, e não mera reprodutora de um modelo arcaico.

Mas devemos também dividir um pouco esta responsabilidade e passar para os alunos um tanto da obrigação para com sua própria formação. Quem se aventura em um curso que busca compreender o homem em sua complexidade existencial não pode se contentar com o dado, ou seja, com o conteúdo programático e com o saber bancário da academia. Tem que estar pronto para garimpar onde ainda não foi explorado e entender que sua formação é tão dinâmica como o objeto de seu estudo.

Explorar o novo significa buscar estágios, cursos extracurriculares, bolsas de iniciação em pesquisa, participar de congressos e do movimento estudantil. Experiências que extrapolam a sala de aula e que enriquecem a vida acadêmica. É importante também que, se esperamos compreender o outro, possamos antes compreender a nós mesmos e, para isso, é fundamental que se passe por um processo psicoterapêutico. Não devemos confundir o curso de psicologia com psicoterapia, um não substitui o outro.

Por isso, não espere um saber pronto e, sobretudo, não se acomode perante este saber. Tenha, antes, a coragem de se arriscar em caminhos desconhecidos, e entenda que faculdade é apenas o começo de uma caminhada eterna.

COMISSÃO GESTORA DA SEÇÃO-ES

- Fabíola Costa e Silva Cunha: Gestora/Presidente
- Pedro Márcio Brandão: Gestor/Vice-Presidente
- Hildicéia dos Santos Affonso: Gestora/Coordenadora Administrativa/Tesoureira
- Andréa Santos Nascimento: Gestora/Secretária
- Alexandra Maria Roman: Gestora
- Reinaldo da Silva Junior: Gestor
- Avelino Camilo: Gestor

Seção Espírito Santo/ CRP-04

Rua Ferreira Coelho, 330 - SI 806 - Praia do Suá
Vitória/ES - Tel.: (27) 3324-2806 / Fax.: (27) 3315-2807
e-mail: secao04@crp04.org.br
Horário de funcionamento: 9h às 21h.

• Os artigos contidos neste encarte são de responsabilidade da Comissão Gestora da Seção Espírito Santo.